



20 de agosto de 2024 | n° 91

Fórum de Entidades Sindicais lançam propostas do funcionalismo para o futuro prefeito



VEJA NESTA EDIÇÃO

- Curso de Formação Sindical II
- Eventos Importantes: Planejamento Patrimonial - muito além da holding
- TCMSP adere à campanha de Desenvolvimento Sustentável do TCE/SP

AGENDA E EVENTOS IMPORTANTES

12 de agosto

Reunião da Comissão Paritária

A reunião mensal da Comissão Paritária Mista de Negociação Permanente (CPMNP) foi realizada de forma online e contou com a participação de representantes do Sindilex, bem como das administrações da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas. O encontro teve como foco a discussão de diversos itens, entre os quais a licença quinquenal (Lei 18.100) e o teto remuneratório.

Reunião da Diretoria do Sindilex

O presidente do Sindilex e os diretores se reuniram em encontro mensal para debater e encaminhar os seguintes pontos de pauta: informes sobre o Congresso da Pública e o Curso de Formação Sindical; licença quinquenal (Lei 18.100); o teto remuneratório; e a possibilidade de filiação ao MOSAP (Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas) e à FASP (Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores da PMSP).

15 de agosto

Plantão no TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o vice-presidente, Marcos Alcyr, estiveram presentes no Tribunal de Contas, onde conversaram com autoridades e dialogaram com servidores de diversos setores sobre as demandas da categoria. Os plantões no TCM geralmente ocorrem às quartas-feiras pela manhã.

Reunião da Pública Central do Servidor

O presidente, Daniel Santos, e os vice-presidentes, Marcos Alcyr e Miguel Lima, participaram da reunião online da Pública, na qual foi feita a avaliação do III Congresso da Pública e discutidos os encaminhamentos para dar andamento às bandeiras de luta aprovadas.

Reunião com o Secretário Geral Administrativo da Câmara

O presidente, Daniel Santos, e os vice-presidentes, Miguel Lima e Marcos Alcyr, reuniram-se com o Secretário-Geral Administrativo para tratar das demandas da categoria.

16 de agosto

Reunião da Conacate

O presidente, Daniel Santos, e o vice-presidente, Miguel Lima, participaram da reunião da Conacate, realizada de forma híbrida na sede do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Sinafresp). Durante a reunião, deliberaram-se e aprovaram-se os seguintes itens:

- 1.** A atuação da Conacate na ADI 2135, que trata da constitucionalidade das alterações no Art. 39 da Constituição Federal, referente à emenda que extinguiu a obrigatoriedade do Regime Jurídico Único para servidores públicos;
- 2.** A aprovação do ajuizamento, pela Conacate, de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei Complementar LC 208/24, que trata da securitização de créditos da dívida pública. O ingresso dessa ADI atendeu a uma solicitação realizada pela Auditoria Cidadã da Dívida.



DATAS E EVENTOS IMPORTANTES

Vem aí o Curso de Formação Sindical II "Por um país para a maioria dos brasileiros"

Em parceria com a Pública Central do Servidor, a Escola Sindilex organizou e está disponibilizando o II Curso de Formação Sindical, com o tema 'Por um país para a maioria dos brasileiros.'



CURSO DE
**FORMAÇÃO
SINDICAL II**
Por um Brasil para a
maioria dos brasileiros

O curso está estruturado em 5 módulos.

MÓDULO 01

Cenário econômico, social e geopolítico mundial. Qual o papel do Brasil?

MÓDULO 02

O enfraquecimento dos sindicatos, o ataque às democracias e as ideologias de domínio.

MÓDULO 03

As crises que ameaçam a continuidade da espécie humana e a disfuncionalidade do capitalismo (queda tendencial da taxa de lucros e urgência na criação de mercados x desigualdade social crescente).

MÓDULO 04

Cultura – desenvolvimento da arte e da ciência.

MÓDULO 05

Caminhos possíveis para enfrentar o cenário apresentado.

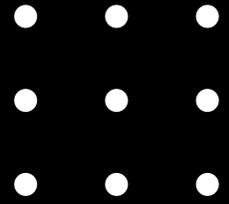
Os palestrantes são professores altamente qualificados no meio acadêmico, e cada aula tem a duração de 1 hora, seguida por 30 minutos de debate.

A Escola Sindilex e a Pública reconhecem e reafirmam a importância de nos qualificarmos para contribuir com as mudanças necessárias à construção de um país com mais justiça e equilíbrio social.

Se você deseja se aperfeiçoar, entre em contato conosco ou inscreva-se no endereço abaixo:

www.escolasindilex.org.br

Para mais informações, [clique aqui](#).



DATAS E EVENTOS IMPORTANTES

Planejamento Patrimonial: muito além da holding

Convidamos os(as) servidores(as) para um evento interessante, organizado pelo escritório Innocenti, intitulado "Planejamento Patrimonial: muito além da holding".

O evento vai tratar de:

- Como planejar a sucessão conforme a legislação atual;
- Atualizações tributárias que impactam a sucessão; e
- Ferramentas jurídicas para um planejamento patrimonial eficiente.

22 de agosto, às 10h

Local: Av. Paulista, 283/287
Auditório do Ed. Santa Catarina

Gratuito - Vagas limitadas

[Inscriva-se aqui](#)

SINDICALISMO PELO BRASIL



Fórum de Entidades Sindicais lançam propostas do funcionalismo para o futuro prefeito da cidade



FÓRUM DE ENTIDADES SINDICAIS DO SINP SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

PROPOSTAS DO FUNCIONALISMO PMSP

O Fórum de Entidades Representativas dos Servidores Públicos Municipais, que reúne todas as categorias do funcionalismo público do município de São Paulo, apresenta, a seguir as propostas de consenso que vêm sendo objeto de discussão nos últimos anos e que são assim resumidas:

PROPOSTA Nº 1

Garantia do direito à negociação coletiva para todo o funcionalismo municipal e suas representações e respeito à autonomia e liberdade de ação sindical, em lei, com efetivo funcionamento do Sistema Permanente de Negociação, assegurado em lei.

PROPOSTA Nº 2

Revisão Geral Anual – fim da política de reestruturação recorrente dos quadros de pessoal: a Lei 13.303, de 2002, nunca foi efetivamente implementada, sendo substituída na prática pela perda inflacionária da remuneração dos servidores e “reestruturações” periódicas dos quadros de carreira, com sua conseqüente desvalorização e desalinhamento nos diferentes quadros. Sem prejuízo de correção de desequilíbrios pontuais, é necessário estruturar o serviço público e valorizar as carreiras por meio da revisão geral anual da remuneração, como determina a Constituição, para manutenção do poder

de compra dos salários e sem prejuízo dos pisos salariais previsto em legislações específicas.

PROPOSTA Nº 3

Revogação do confisco (cobrança da contribuição previdenciária sobre as aposentadorias e pensões acima do salário mínimo) e restabelecimento do limite de benefícios do INSS para incidência da cobrança da contribuição de 14%, sem nova sobrecarga de contribuição dos trabalhadores para recomposição da receita do regime próprio de previdência social. Restabelecer isenção previdenciária plena para os aposentados com deficiências, doenças graves e incapacitantes.

PROPOSTA Nº 4

Promover nova política de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora Municipal, que dê conta dos múltiplos aspectos (físicos, mentais, emocionais, etc.) com investimento no atendimento e na vigilância, e ampliação, qualificação, fortalecimento de COGESS, e descentralização do HSPM, como instituição voltada exclusivamente à promoção e tratamento da saúde integral dos servidores públicos municipais. **Estimular** medidas de combate ao assédio moral, sexual e violência racial.

PROPOSTA Nº 5

Ampliação das políticas públicas e fim das terceirizações, com a realização de concursos e nomeação dos aprovados e ainda, com a criação de cargos, onde se fizer necessário, reestabelecendo inclusive os cargos extintos pela atual gestão, a partir do debate com as entidades representativas.

PROPOSTA Nº 6

Estruturação do quadro de pessoal do Instituto de Previdência Municipal – IPREM, com realização de concursos e nomeação dos aprovados, e aperfeiçoamento da governança da entidade, permitindo efetivo controle dos servidores sobre a destinação dos recursos previdenciários.

PROPOSTA Nº 7

Revisão de dispositivos e retirada de direitos implementadas pela atual gestão reabrindo inclusive a discussão sobre revisão da segregação de massas do RPPS.

PROPOSTA Nº 8

Restabelecimento e ampliação do Hospital do Servidor Público Municipal como instituição voltada exclusivamente à promoção e tratamento da saúde integral dos servidores públicos municipais, devendo considerar também a necessidade de descentralização.

PROPOSTA Nº 9

Desenvolver processo de movimentação de pessoal, garantindo ao servidor o direito à mobilidade e à transferência de lotação entre secretarias e unidades de lotação.

PROPOSTA Nº 10

Revisar e corrigir disparidades nas carreiras garantindo paridade entre ativos e aposentados, e implementar uma política que assegure remunerações proporcionais entre os níveis de carreira.

PROPOSTA Nº 11

Reconhecimento de direitos e vantagens dos servidores municipais, inclusive com o restabelecimento da legislação anterior sobre férias do servidor.

Esse conjunto de propostas representa o consenso entre as diversas entidades que compõem o Fórum. Outras propostas, específicas de cada entidade, poderão ser apresentadas individualmente, de forma absolutamente legítimas, por seus dirigentes.

SINDICALISMO PELO BRASIL



II CONGRESSO dos Auditores de Controle Externo do TCE RS



O CEAPE-Sindicato convida as auditoras e os auditores de controle externo para o “II Congresso de Auditores de Controle Externo do Tribunal de Contas do RS”, que será realizado nos dias 28 e 29 de agosto.

Durante o evento, serão debatidos os seguintes temas:

- **Enchentes de 2024 e Meio Ambiente;**
- **Plano de Carreira;**
- **Trabalho Remoto.**

Sua participação é essencial para o avanço da nossa carreira. As inscrições estarão abertas até 21/08/2024.

Para mais informações, entre em contato pelo e-mail: congressoaces@ceapetce.org.br ou inscreva-se [aqui](https://ceapetce.org.br)

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



TCMSP se integra na campanha do Desenvolvimento Sustentável do TCE/SP



Imagem meramente ilustrativa: Reprodução

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) integrou a campanha do Desenvolvimento Sustentável promovida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) conhecido como “Faça Parte – ODS”, que visa divulgar a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Para tanto, o TCE está implantando totens em diversas cidades do Estado, contendo informações de práticas sustentáveis que são locais, mas com impactos globais.

A governança ambiental, social e corporativa adotada pelo TCMSP há vários anos integra-se a essa iniciativa, promovendo práticas de sustentabilidade, transparência e responsabilidade social. Essas ações alinham-se aos objetivos de desenvolvimento sustentável, criando um impacto positivo tanto ambiental quanto social no âmbito de atuação do Tribunal, servindo de exemplo para toda a cidade.

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo instalou um totem da campanha no Parque da Aclimação para que o cidadão possa ler sobre a história do TCMSP, sua atuação e alguns exemplos de práticas que demonstram o compromisso do Tribunal com a sustentabilidade, a boa governança e a transparência. Isso reforça a eficiência na gestão pública e o engajamento social, essenciais para o progresso sustentável de São Paulo.

Saiba o que é ODS

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015 composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030.

Nesta agenda estão previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros.

[Saiba mais clicando aqui](#)

e

[clicando aqui](#)



LEGISLATIVOS PELO BRASIL

Lira diz que ato monocrático do STF não pode mudar prerrogativa do Congresso sobre emendas

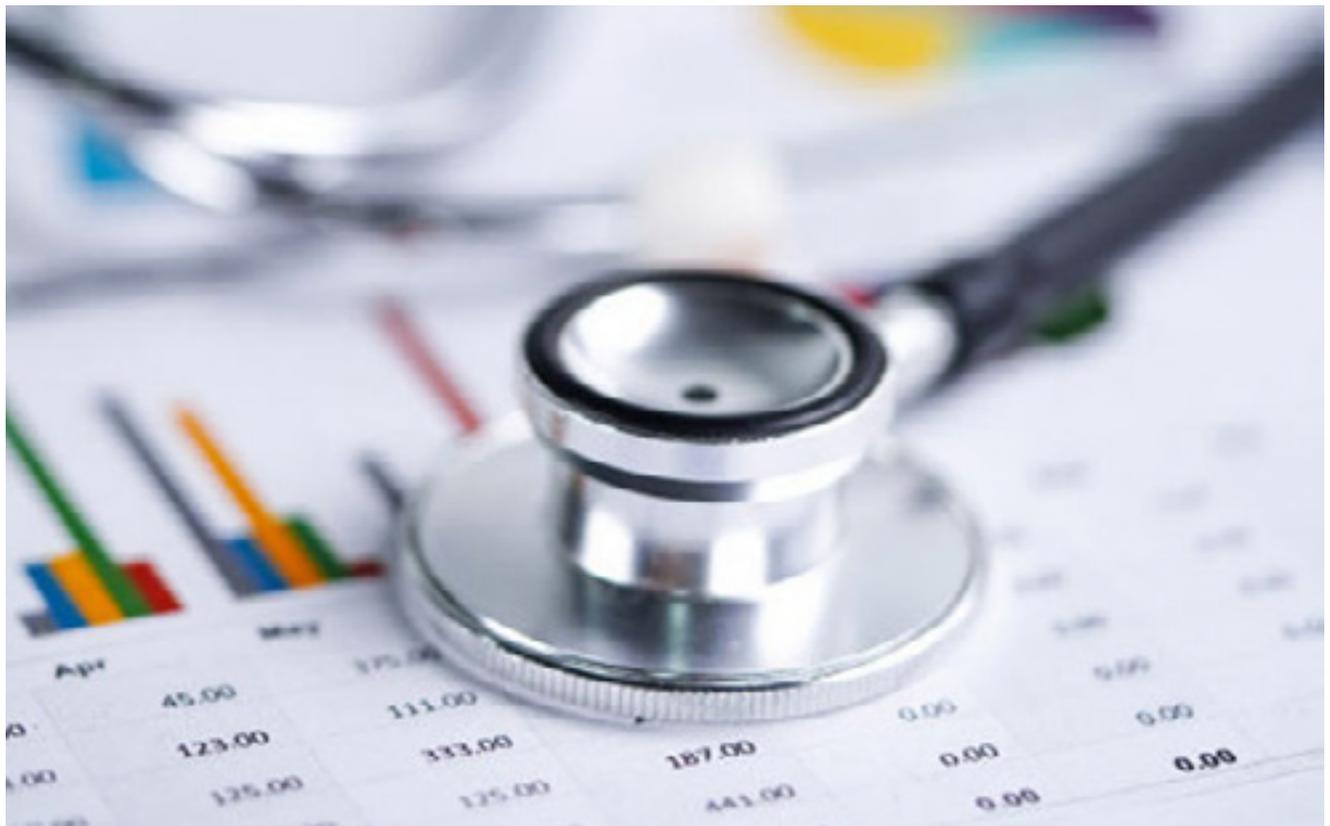


Imagem meramente ilustrativa: Reprodução

Presidente da Câmara dos Deputados reforça importância desses recursos para a prestação dos serviços de saúde no País

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a decisão monocrática do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino de limitar a execução das chamadas “emendas Pix” não pode tirar do Congresso o poder constitucional sobre emendas parlamentares. Segundo Lira, o Parlamento tem o poder constitucional de garantir suas prerrogativas estabelecidas em cláusulas pétreas.

"Emenda Pix" é o nome pelo qual ficaram conhecidas as emendas orçamentárias individuais que repassam os recursos diretamente a estados, Distrito Federal

e municípios, sem uma indicação específica de destinação.

Autonomia

Arthur Lira defendeu a autonomia dos Poderes e destacou que o Congresso Nacional é quem mais conhece a realidade dos municípios brasileiros e a da saúde pública oferecida à população.

“Os 513 deputados federais e os 81 senadores vivem os problemas da prestação do serviço de Saúde, sabem que as Santas Casas e os hospitais filantrópicos sobrevivem com o apoio indispensável das emendas parlamentares”, disse Lira. “Não podem mudar isso num ato monocrático, quaisquer que sejam os argumentos e as razões, por mais que eles pareçam razoáveis”, criticou.

Transparência

No dia 1º de agosto, o ministro Flávio Dino determinou que as transferências fossem fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU). Por meio de liminares, Dino afirmou que faltava transparência nessas transferências.

As emendas orçamentárias individuais do tipo transferência especial — conhecidas como “emendas Pix” — somam cerca de R\$ 8 bilhões. O ministro suspendeu o envio desses recursos, mas permitiu a execução dessas emendas destinadas a obras em andamento.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

[Leia mais clicando aqui](#)

TEXTOS CRÍTICOS

Imagem meramente ilustrativa: Reprodução

Os argumentos do Banco Central não são convincentes

por Paulo Nogueira Batista Jr – 17/05/24

Volto a escrever sobre a extravagante política de juros do Banco Central. O assunto é vasto; vou me ater ao que parece mais relevante na atual conjuntura brasileira.

Começo com a divisão da diretoria do BC. Antes da “mais recente reunião do Comitê de Política Monetária do BC (Copom)”, a mídia anunciou um combate de proporções épicas. De um lado, os conservadores, defendendo redução de 0,25 ponto percentual da Selic, a taxa básica de juro. De outro, os revisionistas, lutando por uma diminuição de 0,5 p.p. Prevaleceu o grupo conservador, com cinco votos, contra o grupo minoritário, os quatro diretores indicados pelo presidente Lula.

Mas foi, na verdade, uma Batalha de Itararé. Entre mortos e feridos,

salvaram-se todos. A ata dessa reunião do Copom, como seria de prever, valeu-se do habitual “banco centralês” para apaziguar ânimos e restabelecer a concórdia entre os nove ilustres integrantes do colegiado.

Persiste o problema de fundo, entretanto. Em dezembro, termina o mandato do atual presidente do BC – o que é motivo de esperanças e temores. Esperanças para nós, que queremos uma mudança de orientação da política monetária. Temores para a turma da bufunfa, sempre agarrada à prática de juros exorbitantes.

O que quer o mercado? Idealmente, que Roberto Campos Neto continue ou, o que daria no mesmo, que seja substituído por outro funcionário graduado do sistema financeiro, daqueles que seguem o script e não ameaçam os interesses estabelecidos.

Não sendo isso possível, e por via das dúvidas, a turma da bufunfa tenta intimidar o governo, em especial o ministro da Fazenda. Faz sentir, de várias maneiras e por vários canais, que a escolha não pode recair sobre nome pouco palatável. Se o sucessor não puder ser um deles, que seja uma figura inofensiva e cooptável.

A mídia corporativa, que sempre ecoa as inquietações e interesses do mercado financeiro, prevê há tempos, sem muita alegria, que Gabriel Galípolo, será o próximo presidente do BC. Galípolo tem um perfil pouco usual – formação econômica heterodoxa, mas com passagem pelo sistema financeiro. Foi um dos quatro que preferia um corte de 0,5 p.p. na última reunião do Copom. Provavelmente liderou o grupo dissidente.

Parece-me, aliás, que montaram uma pequena armadilha para ele. Aproveitaram algumas declarações suas ligeiramente “fora da caixa” para estigmatizá-lo como um pouco irresponsável e sujeito à influência política do governo. Campos, em contraste, seria “técnico”, “responsável” e “independente”. Um disparate. Entretanto, o placar do Copom, 5 a 4, ajudou a dar alguma sustentação a essa narrativa.

Mas deixemos de lado esses movimentos táticos. Há questões mais fundamentais, entre outras a seguinte: por que o BC insiste tanto na política de juros altos? É possível justificá-la?

Os efeitos colaterais são muitos e desagradáveis. A política monetária prejudica as finanças públicas via custo da dívida governamental, dificulta o crescimento econômico e a formação de capital, provoca concentração da renda nacional. Os argumentos em seu favor teriam que ser muito fortes. E são? Vejamos.

A argumentação do BC tem essencialmente duas partes. A primeira é que a sua tarefa primordial, estabelecida em lei, é conduzir a política de juros de forma a alcançar as metas de inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Pela legislação vigente, o BC só deve se preocupar secundariamente com os efeitos da sua política sobre os níveis de atividade e de emprego. Em outras palavras, a lei brasileira estabelece para o BC um mandato dual, porém assimétrico. Na prática, o foco é na inflação.

A segunda parte do argumento é que os modelos macroeconômicos adotados pelo BC indicariam, supostamente com alguma segurança, que o elevado nível da Selic é indispensável para garantir a convergência da inflação às metas fixadas pelo CMN. Os efeitos adversos da política monetária sobre a atividade econômica, o déficit público e a distribuição da renda seriam o preço a pagar para manter a inflação dentro das metas.

Essa argumentação pode parecer sólida, ela conta com muito apoio no mercado financeiro, na mídia e nos meios acadêmicos tradicionais. E, no entanto, não é difícil perceber as suas fragilidades.

Omite-se, com frequência, o fato de que o BC não é simplesmente um executor de metas fixadas pelo CMN. O presidente do BC é um dos três membros do Conselho, sendo os outros dois o ministro da Fazenda e o do Planejamento. Este último tende a ter menos peso por estar distante dos assuntos monetários. Atualmente, como a ministra Simone Tebet não é do

ramo, a influência do Planejamento é ainda menor do que a habitual. Além disso, o BC exerce a secretaria do Conselho. Como sabe qualquer pessoa experiente, quem exerce a secretaria de um órgão tem peso decisivo nas suas deliberações. Assim, repito pela enésima vez, o BC, em larga medida, fixa as metas para si próprio. Essa foi uma das questões “fora da caixa” levantadas por Galípolo pouco tempo antes da “mais recente reunião do Copom.”

Além disso, e talvez mais relevante, cabe a dúvida: será que as metas de inflação não seriam excessivamente ambiciosas, contribuindo para que os juros fiquem nas alturas? O presidente Lula fez essa pergunta publicamente algumas vezes. Ficou sem resposta convincente. Se o centro da meta de inflação fosse um pouco mais alto e o intervalo de tolerância (a distância entre teto e piso), um pouco mais amplo, não teria o BC mais raio de manobra para suavizar a política de juros?

A meta para 2025, por exemplo, é 3% com um intervalo de tolerância de 1,5 p.p. para cima e para baixo. Um ajuste modesto das metas estabelecendo, digamos, uma meta de 3,5%, com intervalo de tolerância de 2 p.p. para cima e para baixo, dificilmente traria risco de descontrole inflacionário e favoreceria a prática de juros reais mais civilizados.

Mas não é só isso. Que modelo ou modelos são esses que geram a necessidade de manter juros sempre na estratosfera? Todo modelo econômico envolve uma dose considerável de incerteza. Qualquer um que tenha experiência nessa área sabe que eles não são capazes de dar respostas unívocas às principais questões. Por isso, aliás, é que os BCs nunca se baseiam apenas em modelos e nas projeções deles derivadas. Para a tomada de decisões, observam todo um conjunto de variáveis, indicadores e informações.

Ora, muitos desses indicadores sugerem que seria possível, sim, flexibilizar mais rapidamente a política monetária. Dadas as incertezas que sempre cercam a questão, a polêmica é inevitável e tende a ser acirrada. Em favor da redução, pode-se alinhar as seguintes evidências, entre outras. A taxa de inflação corrente está sob controle e não apresenta tendência de alta.

Para este ano e o próximo, as projeções de inflação não indicam grande diferença em relação às metas. A economia apresenta capacidade ociosa na indústria e taxas elevadas de desocupação dos trabalhadores (sobretudo nas definições mais amplas de desemprego). Existe, finalmente, muita folga no balanço de pagamentos, o que permite ampliar as importações com tranquilidade. A catástrofe no Rio Grande do Sul, como todo choque de oferta, pressiona a inflação e derruba a produção, mas não modifica radicalmente, até onde se pode enxergar, o quadro econômico nacional.

Má notícia para a militante turma da bufunfa: parecem duvidosos os argumentos em defesa das generosas taxas de juro que tanto apreciam e que tanto os favorecem. Boa notícia para os inconformados com a política monetária atual: os juros poderiam ser mais baixos, com impacto benéfico sobre a atividade econômica, o emprego, a dívida pública e a distribuição da renda.

Paulo Nogueira Batista Júnior é economista, foi diretor-executivo do FMI (Washington) indicado pelo ex-ministro Guido Mantega. É vice-presidente do Banco dos Brics e colunista da Carta Capital.

Artigo retirado do site Terapia Política

[Leia o artigo completo clicando aqui](#)

Nota: os textos assinados não refletem necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.

MASSOTERAPIA

ADRIANA VALÉRIA RIBEIRO



Melhores benefícios da *Reflexologia*

De acordo com uma revisão de estudos publicada no Journal of Traditional and Complementary Medicine, a reflexologia estimula a liberação de analgésicos naturais no corpo, como a endorfina. A endorfina, segundo o estudo, “ensina” o corpo a se adaptar às lesões.

AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

MASSOTERAPIA

ADRIANA VALÉRIA RIBEIRO



Melhores benefícios da *Quick Massage*

A técnica de Quick Massage é muito utilizada para alívio de sintomas e tratamento de stress, ansiedade, depressão, lesão por esforço repetitivo (LER) ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) e até ao nível da hipertensão arterial.

Normalmente a sintomatologia álgica é agravada postura incorreta de forma contínua. Para além destes, esta técnica de massagem também é muito utilizada em problemas como dores de cabeça, mau humor, dificuldade de concentração e indisposição.

AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

MASSOTERAPIA

ADRIANA VALÉRIA RIBEIRO



Melhores benefícios da
*Massagem
Relaxante*

1. Controle do estresse;
2. Diminuição da ansiedade;
3. Alívio da tensão e das dores musculares;
4. Melhora da circulação sanguínea, elasticidade da pele e sistema imune;
5. Diminuição da pressão arterial no caso de pacientes hipertensos;
6. Alívio das dores de cabeça;
7. Diminuição do cansaço;
8. Estimulação e equilíbrio do sistema intestinal;
9. Eliminação de toxinas e resíduos metabólicos;
10. Diminuição das insônias.

AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

MASSOTERAPIA

ADRIANA VALÉRIA RIBEIRO



Melhores benefícios do
Spa dos Pés

1. Alivia dores nos pés
2. Proporciona relaxamento
3. Melhora a circulação sanguínea
4. Promove maciez
5. Suaviza as calosidades

AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

AÇÕES JUDICIAIS

Acompanhe as matérias com ações judiciais em andamento e outras possíveis de se ingressar

Atenção servidor, fique atento ao seu saldo do PASEP



Ação PASEP

Programa de formação do Patrimônio do Servidor Público

Histórico

No início de outubro, o Superior Tribunal de Justiça, ao analisar o Tema 1.150, estabeleceu diretrizes que atribuem ao Banco do Brasil a responsabilidade por retiradas não autorizadas ou por má administração de fundos das contas PASEP.

Portanto, aqueles que se tornaram servidores públicos antes da implementação da Constituição Federal de 1988 podem ter o direito de receber uma restituição significativa se houver descoberto irregularidades nos extratos de suas contas PASEP.

Finalidade da Ação

O objetivo da ação é buscar indenização por prejuízos decorrentes de retiradas indevidas em conta individual vinculada ao PASEP.

Honorários

1) Análise do extrato e verificação da existência de saldo a ser cobrado na ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2) Se houver saldo:

2.1) Ajuizamento da ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2.2) 20% do valor a ser recebido.

Procedimento

1) Solicitar extrato da conta PASEP junto ao Banco do Brasil:

[Clique a aqui para o formulário do Requerimento de Extrato do PASEP](#)

2) Encaminhar extrato para o Sindilex:

Email: sindilex@sindilex.org.br

Whatsapp: (11) 96607-9578

3) Documentação adicional

- Procuração e contrato assinados
- Documento de identidade (RG) e CPF
- Comprovante de endereço
- Extrato da conta PASEP

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais